

Análise sobre a verdade dos fatos e o testemunho.

Analyze on the truth of the facts and testimony.

João Paulo Carvalho Figueira¹; Maria Eduarda de Jesus Carvalho²; Beatriz Gomes Batista³; Gabriele Loures Conceição⁴; Geraldo Adriano Emery Pereira⁵

RESUMO

O artigo refere-se ao resultado final de um projeto de pesquisa de iniciação científica elaborado por estudantes do ensino médio do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa. O projeto está vinculado à disciplina Filosofia. O eixo da análise é a relação entre a verdade e o testemunho, mais precisamente com a verdade factual. A argumentação é desenvolvida em torno das elaborações conceituais de Hannah Arendt e Giorgio Agamben. O texto aponta a existência de uma tensão entre a verdade factual e a política e, nessa situação de tensão, sinaliza para o lugar do testemunho no conjunto desse arranjo. Qual é o lugar do testemunho num contexto em que a tensão entre a verdade e a política arrisca a eliminar a verdade, a veracidade e a confiança entre nós? Quais são as fragilidades da verdade e do testemunho? Há riscos para a política quando do banimento da verdade dos fatos? São essas as questões que orientam a articulação dos argumentos.

Palavras-chave: verdade; testemunho; política

ABSTRACT

The article refers to the final result of a scientific initiation research project carried out by high school students at the Application School of the Federal University of Viçosa. The project is linked to the Philosophy discipline. The main point of the analysis is a relationship between truth and testimony, more precisely with factual truth. An argument developed around the conceptual elaborations of Hannah Arendt and Giorgio Agamben. The text signals that there is a tension between factual truth and politics, and this situation of tension signals the place of testimony in the whole of this arrangement. What is the place of testimony in which context the tension between truth and politics risks eliminating truth, truthfulness and trust between us? What are the weaknesses of truth and testimony? Are there risks to politics when banning the truth from the facts? These are the questions that guide the articulation of the arguments.

Keywords: truth; testimony; politics

INTRODUÇÃO

¹ CAP-COLUNI/UFV; bolsista CNPq; <https://orcid.org/0000-0001-7774-8605>; joaopcfigueira@gmail.com

² CAP-COLUNI/UFV; voluntária; <https://orcid.org/0000-0002-0938-3816>; mariaeduardac290@gmail.com

³ CAP-COLUNI/UFV; voluntária; <https://orcid.org/0000-0002-1951-7283>; biagomesbatista@gmail.com

⁴ CAP-COLUNI/UFV; voluntária; <https://orcid.org/0000-0002-6652-4670>; glouresconceicao@gmail.com

⁵ CAP-COLUNI/UFV; prof. orientador; <https://orcid.org/0000-0002-4024-5454>; geraldo.emery@ufv.br

O artigo é resultado de um projeto de iniciação científica elaborado por estudantes do ensino médio do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa-MG. A atividade envolveu quatro estudantes, sendo dois da segunda série e dois da terceira; no primeiro semestre das atividades apenas três estudantes participaram. A dinâmica da pesquisa foi articulada em torno da leitura de três textos: *Verdade e política*, um ensaio da filósofa Hannah Arendt que é parte da obra *Entre o passado e o futuro*; parte da obra *O que resta de Auschwitz*, do filósofo Giorgio Agamben; e parte da obra *Os afogados e os sobreviventes*, do escritor e sobrevivente Primo Levi. Sobre o modo como o texto de Agamben foi lido, é importante destacar que a leitura não contemplou a estrutura do projeto *Homo Sacer*, que dá a linha interpretativa da obra do autor, justamente por limites temporais e mesmo por se tratar de uma atividade de iniciação científica no Ensino Médio.

A questão ou problema que guiou a leitura dos estudantes foi: como olhar politicamente para as relações entre verdade e testemunho. No entorno desse questionamento muito se viu sobre a complexidade do testemunho e de sua relação – muitas vezes necessária, mas frágil – com a verdade factual. A dinâmica da pesquisa se deu em um processo de leitura e discussão, com encontros ora semanais ora quinzenais para discussão e aprofundamento dos exercícios conceituais presentes nos textos.

O texto que ora se apresenta expõe o modo como os estudantes se apropriaram do exercício de pensamento realizado e atualiza, numa perspectiva entre o passado e o futuro, as tensões entre verdade, testemunho e fatos que experimentamos nas disputas políticas. Enfim, é apenas uma tentativa de pensar acerca do que estamos fazendo.

Assim, a título de delimitação do contexto teórico de elaboração desse percurso, parece cabível começar dizendo que a experiência de dominação totalitária do nazismo, indubitavelmente, mudou a história da humanidade. O período impactou radicalmente a nossa linha temporal e, por conseguinte, afetou muitos pensadores e filósofos da época. Foi o caso de Hannah Arendt, filósofa, alemã e judia. Sua trajetória na Filosofia foi fortemente influenciada pelas suas vivências perante o que estava ocorrendo em seu país: o surgimento do nazifascismo e a sua ascensão no continente europeu. Arendt, que emigrou para os Estados Unidos da América devido à ascensão dos nazistas na Alemanha, imergiu em questões sobre autoritarismo, política, verdade, poder e violência.

Em seu livro *Entre o passado e o futuro*, a filósofa questiona o presente em que vivia, ou seja, aquilo que está posicionado justamente entre o anterior e o que está por vir. No ensaio *Verdade e política*, Arendt aborda o “ser” da verdade, na sua relação muitas

vezes tensa com a política, e, entre as divisões da verdade, explora, principalmente, a factual.

O início do capítulo é marcado pela apresentação do tema. Muitos concordam que a verdade e a política muitas vezes se encontram em tensão. Na realidade, durante a história é realmente difícil pensar em um momento em que as duas caminharam juntas. Para a autora, as mentiras, em várias situações, não encontraram obstáculos para serem consideradas ferramentas necessárias e até justificáveis ao político, ao demagogo e ao estadista.

Nos dias atuais, com a articulação, ainda que pouco precisa, da noção de pós-verdade, é possível dizer que ambas – *verdade e política* – estão situadas em uma relação de tensão ainda mais complexa. A categoria *fake news*, muito citada nos processos contemporâneos de informação/desinformação e comunicação política, demonstra como a demarcação da verdade nas informações vem se tornando um processo cada vez mais frágil em nossa sociedade. Seguindo a indicação de Arendt, a verdade factual, cujo oposto é a mentira, é infinitamente mais frágil que axiomas, descobertas e teorias. Essa fragilidade é um dos tópicos centrais apresentado na obra de Arendt, e ela será um dos principais focos deste artigo.

De forma diferente de Hannah Arendt, o filósofo italiano Giorgio Agamben explora o lado da verdade que é impossível de ser narrado. O filósofo, em sua obra *O que resta de Auschwitz*, dialoga, entre outras obras e autores, com o livro de Primo Levi, ex-prisioneiro em Auschwitz-Birkenau, *Os afogados e sobreviventes*. Agamben traz em seu texto, especificamente na apresentação, na advertência e no capítulo *A testemunha*, que foram o objeto de nossa análise, uma provocação em pensar acerca das potencialidades, limites e complexidades do testemunho.

Por fim, Giorgio Agamben, em *O que resta de Auschwitz*, não está realmente preocupado com a reconstrução dos caminhos históricos do campo de concentração, como muitos podem deduzir de forma prévia à leitura do livro. Na verdade, o autor quer fazer um esforço para compreender o acontecido, não permitindo o seu esquecimento e marcando resistência à possibilidade de sua repetição.

COMO SE COLOCA POLITICAMENTE O PROBLEMA DA VERDADE

No cenário contemporâneo, os debates sobre a existência ou não de uma categoria como a *pós-verdade* parecem apontar para a atualidade do pensamento de Hannah Arendt,

pois, no contexto da obra da autora, é possível delimitar um debate sobre a relação da verdade dos fatos com a política.

De maneira muito geral, no ensaio *Verdade e política*, Arendt indica que a relação e o conflito entre essas duas categorias, que dão título ao ensaio, já existiam em momentos anteriores, porém com nuances diferentes. No contexto dessas nuances, muitas vezes o que se percebe é que a verdade se mostra como virtude antipolítica. Contudo, no conjunto da argumentação da autora, parece que no contexto moderno os mecanismos usados contra a verdade factual impactam o próprio campo político, fragilizando o espaço público.

A *priori*, deve-se ressaltar que a verdade factual é trazida para tal discussão por Arendt porque, segundo ela, a verdade dos fatos é "naturalmente política", em função de sua dualidade. Suas facetas são: o fato e a opinião. Diante disso, é possível identificar um elemento próprio do contexto político. A filósofa, citando James Madison, afirma que "todo governo assenta-se sobre a opinião" (ARENDR, 2003, p. 289), e isso ocorre porque, desde a criação da *pólis*, as opiniões são veículos das diversas perspectivas e interesses humanos que alimentam e movimentam o debate político.

Por outro lado, a faceta factual da verdade dos fatos retoma o conflito já existente entre verdade e política. Antigamente, o embate se dava entre a verdade filosófica e os interesses provenientes do modo de vida do cidadão da *pólis*. No panorama contemporâneo, acrescenta-se a essas divergências um paradoxo. Arendt mostra que o fato resguarda a verdade, a qual, como tal, possui um caráter de unicidade contrário à pluralidade das narrativas políticas. Ao mesmo tempo, todo debate político válido precisa dar garantia aos fatos, uma vez que eles "[...] informam opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e paixões, podem diferir amplamente e ainda serem legítimas no que diz respeito à sua verdade factual" (ARENDR, 2003, p. 295).

Por conseguinte, evidencia-se que a política necessita da verdade, por mais que entre em conflito com ela. No entanto, Arendt traz a problemática para os exemplos de regimes totalitários e, numa certa medida, para democracias de massa⁶, nos quais está muito presente o manejo da opinião. Nesses contextos que ela analisa, a verdade dos fatos se apresenta, sobretudo, como ameaça. Não só a unicidade da verdade é um perigo, como também sua natureza "coercitiva". Segundo a autora, "a verdade carrega dentro de si mesma um elemento de coerção" (ARENDR, 2003, p. 297). Como negar a força da

⁶ Ver o texto da autora "A mentira na política", publicado na obra "Crises da República".

evidência de um axioma matemático, da ocorrência de um fato, da demonstração de um evento científico? Segundo ela, sobre esses tipos de verdade é bem diverso o modo como se chegou a eles, porém “[...] uma vez percebidas como verdadeiras e declaradas como tal, elas possuem em comum o fato de estarem além de acordo, disputa, opinião ou consentimento” (ARENDRT, 2003, p. 297). A coerção é entendida nesse sentido. Contudo, a coerção da verdade factual é mais frágil justamente por depender do alcance do testemunho e dos registros. Assim, essa suposta coercitividade da verdade, aliada a seu caráter único, não favorece a tentativa totalitária de relativizar os acontecimentos para seu próprio benefício, e sem compromisso com a permanência do fato em si. Assim, em casos de poderio irrefreável, Arendt (2003) aponta para dois mecanismos adotados pela política para afastar essa ameaça: transformar a verdade em apenas mais uma opinião ou bani-la, substituindo-a por uma “imagem”, por uma mentira engendrada.

Logo, cabe destacar que o caráter da verdade factual favorece a conversão de fato em opinião. A autora afirma que “[...] a verdade factual não é mais que a opinião” (ARENDRT, 2003, p. 301). A verdade coage e a opinião persuade, mas ambas necessitam da validação de uma maioria, de algo externo. Ademais, na obra, há também a questão da natureza contingente dos fatos. A categoria da contingência exprime que os fatos têm potencialidades, ou seja, sempre poderiam ter sido de outra forma, e podem deixar de ser o que são.

Nessa situação de fragilidade da verdade dos fatos, a mentira, utilizando o limiar de indistinção entre verdade dos fatos e opinião como instrumento, mascara-se sob um disfarce de um direito daquele que quer transformar o mundo, isto é, o homem de ação⁷. Contudo, ao fazer de uma verdade uma opinião, ou ao tornar indistinta a separação entre elas, corrompem-se os ideais de transformação da realidade, criando-se uma espécie de tolerância à negação e distorção dos fatos, o que, segundo Arendt, gera, “[...] uma curiosa espécie de cinismo – uma absoluta recusa a acreditar na verdade de qualquer coisa, por mais bem estabelecida que ela possa ser” (ARENDRT, 2003, p. 317).

Problematiza-se essa questão porque se perde a referência de estabilidade⁸ da realidade, uma vez que essa situação coloca em risco a linha divisória entre verdade e

⁷ Cf. “Por conseguinte, a afinidade inegável da mentira com a ação e com a alteração do mundo – em síntese, com a política – é limitada pela própria natureza das coisas que são expostas à faculdade de ação do homem” (ARENDRT, 2003, p. 319).

⁸ Cf. “Ao contrário, sempre é possível explicar as imagens e emprestar-lhe plausibilidade – isso lhe confere momentânea vantagem em relação à verdade factual -, mas elas jamais podem competir em estabilidade com aquilo que é simplesmente porque calhou que fosse assim e não de outra maneira” (ARENDRT, 2003, p. 318). Dada a sua ocorrência passada, a verdade factual se apresenta como um ponto fixo da realidade, pois

mentira; verdade e opinião. Como resultado, tem-se um clima de desconfiança generalizada, e a verdade factual, bem como suas evidências, perde cada vez mais sua credibilidade. Ademais das incertezas quanto à realidade, há também a singularidade da mentira moderna. Diferentemente da tradicional, ela se destina ao interno, ou seja, o mentiroso não busca iludir o inimigo, mas sim seus concidadãos e a si mesmo. Para isso, busca-se a criação de uma imagem que substitua a realidade. Para a mentira moderna, não se trata de ocultar aquilo que ela decidiu negar, e sim de destruir.

No entanto, existem duas falhas na mentira organizada, como sugere Arendt. Primeiramente, por ser uma questão interna, existe o risco de que, dentro do grupo envolto em uma teia de ilusões, alguns escapem ao fascínio da imagem e insistam em fatos que não se encaixam nela. Em segundo lugar, é significativo um paralelo com a distopia de George Orwell (1984), na qual para o governo totalitário “existe a necessidade de adotar-se o tempo todo uma flexibilidade incessante no tratamento dos fatos” (ORWELL, 2010, p. 250). E é assim que funciona a mentira organizada. Como o tempo de duração das imagens é curto, recorrentemente elas são alteradas.

Nessa situação, tudo passa a ter potencialidade. Teoricamente, os homens têm liberdade de ação sobre o que é potencial, ou seja, o futuro⁹. Entretanto, a mentira organizada busca fazer com que presente e passado voltem a esse estado, a fim de tratá-los também como se tratam os eventos futuros. No entanto, a própria política sofre perdas com isso, uma vez que o princípio político de transformação do mundo precisa partir de um ponto fixo, sem potencialidade, isto é, de uma verdade factual. Logo, se até mesmo o que aconteceu é incerto, porque a mentira fez com que voltasse a seu estado contingente, tudo o que é criado ou mudado a partir de então também está sujeito à desconfiança. Isso posto, reforça-se que a política precisa, numa certa medida, de um tipo de verdade, porque ela oportuniza alguma estabilidade. Ao ameaçar a verdade factual, o meio político, imperceptivelmente, coloca si próprio e todas as instâncias da dimensão pública em risco.

tem-se uma certeza inicial de onde partir para a transformação do mundo. “Os fatos afirmam-se por serem inflexíveis – sua fragilidade se combina estranhamente com uma grande elasticidade, a mesma irreversibilidade que constitui a marca distintiva de toda ação humana” (ARENDRT, 2003, p. 319). No plano da contingência, essa só alcança os fatos antes de efetivamente acontecerem, após a sua ocorrência eles são irreversíveis. É contra essa estabilidade dos fatos, entendida como irreversibilidade, que a mentira organizada atenta.

⁹ “Se o passado e o presente são tratados como partes do futuro – isto é, levados de volta a seu antigo estado de potencialidade –, o âmbito político priva-se não só de sua principal força estabilizadora, como do ponto de partida para transformar, para iniciar algo novo. O que começa então é a constante mudança e confusão em absoluta esterilidade, característica de tantas nações jovens que tiveram a má fortuna de nascer na era da propaganda” (ARENDRT, 2003, p. 319).

COMO O PROBLEMA DA VERDADE TAMBÉM MOBILIZA O TEMA DO TESTEMUNHO

Como já afirmado, Hannah Arendt deixa claro que o tipo de verdade que está diretamente relacionado à política é a verdade dos fatos, isto é, a verdade factual. Essas verdades são muito mais frágeis que as verdades racionais, sejam elas matemáticas, científicas ou filosóficas. Nesse sentido, uma vez que a verdade dos fatos se relaciona sempre com pessoas, ou seja, existe na medida em que se fala sobre ela, entra em cena a figura do testemunho, que tem como função asseverar a verdade factual. Agamben (2008), por sua vez, ao analisar o testemunho dos sobreviventes de Auschwitz, expõe, na prática, a luta verdade factual *versus* política, teorizada por Arendt, visto que os que detêm a verdade dos fatos sobre o campo de concentração, de maneira mais radical, são as testemunhas.

Voltando a Arendt (2003) e à sua análise da verdade factual, pode-se dizer com ela que os fatos sempre poderiam ter sido de outra forma, inclusive da forma como o mentiroso diz que eles são. Com isso, a autora explana que a verdade factual não é mais autoevidente quanto a opinião¹⁰, de modo que as mentiras cabais podem parecer tão convincentes quanto os próprios fatos. Esse quadro é mais agravado ainda quando se pondera que as testemunhas, asseguradoras da verdade factual, sempre são passíveis de falsificação¹¹, isto é, o testemunho possui uma espécie de arbitrariedade universal. Assim, segundo as lições de Arendt, parece ser possível afirmar que narrar a verdade factual, ou seja, testemunhar, é um expediente frágil, um ato de coragem e pode, até mesmo, ser um ato de resistência política. Desse modo, no contexto de Auschwitz, quem testemunha age contra a dissimulação nazista e, portanto, atua politicamente.

Agamben (2008), por outro lado, descreve o que ele chama de aporia de Auschwitz. Segundo ele, “a aporia de Auschwitz é realmente a própria aporia do conhecimento histórico: a não-coincidência entre fatos e verdade, entre constatação e compreensão” (AGAMBEN, 2008, p. 20). Nesse sentido, sobre o campo de concentração, sempre há algo que extrapola a expectativa factual, o que provoca uma dificuldade de compreensão do fenômeno lá vivenciado. Considerando as testemunhas de Auschwitz, aquelas que experimentaram de forma radical a experiência do campo de

¹⁰ Cf. ARENDT, 2003, p. 301.

¹¹ Cf. ARENDT, 2003, p. 301.

concentração chegaram ao extremo, isto é, à morte. Tem-se nessa situação uma “lacuna”¹², visto que não se tem acesso ao testemunho daqueles que foram até o fundo. Mais ainda, em torno da noção de “lacuna” há algo no campo de concentração que extrapola as categorias tradicionais de análise. E é nesse aspecto que a escuta do testemunho abre espaço para uma outra experiência: “escutar o não dito” (AGAMBEN, 2008, p. 21). Assim, quando se trata da experiência extrema de Auschwitz, não há constatação, uma vez que a única fonte possível para o testemunho são os sobreviventes, que, pelo próprio fato de sobreviverem, não são as testemunhas “autênticas” daquela situação¹³.

Avançando na direção da semântica do testemunho, Agamben (2008) faz uma distinção entre dois tipos: o *testis* e o *superstes*. *Testis* é o testemunho de quem se encontra externo ao fato analisado; já o *superstes*¹⁴ é o que vive o fato descrito, que faz parte do que testemunha. O autor deixa claro que o Direito, que tem como objetivo resolver conflitos, se apropria somente do *testis*: nesse caso, a meta final é definir se algo ou alguém é culpado ou inocente. Entretanto, Agamben (2008) trata da questão de Auschwitz sob um viés ético. A Ética, na compreensão delimitada por ele, é a reflexão acerca da “vida boa”. Sua busca não parece coincidir com o Direito; nela importam mais sentidos e significados, e, nesse caso, os *superstes* dão o matiz que o termo testemunho adquire em suas reflexões.

¹² “Contudo, tendo em vista que, a uma certa altura, nos pareceu evidente que o testemunho continha como sua parte essencial uma lacuna, ou seja, que os sobreviventes davam testemunho de algo que não podia ser testemunhado, comentar seu testemunho significou necessariamente interrogar aquela lacuna – ou, mais ainda, tentar escutá-la” (AGAMBEN, 2008, p. 21). A lacuna, para Agamben, refere-se à impossibilidade do testemunho integral, visto que aqueles que experimentaram o campo de concentração da maneira mais extrema e radical, não sobreviveram e, conseqüentemente, não podem testemunhar. Desse modo, o testemunho apontaria não para o fato, mas sim para tal lacuna. Isso ocorre em decorrência de que os sobreviventes, ao falarem pelos que morreram, não expressam a totalidade em seus testemunhos e são considerados, assim, apenas “pseudotestemunhas” e não “testemunhas integrais”.

¹³ “Repito, não somos nós, os sobreviventes, as autênticas testemunhas. [...] Nós, sobreviventes, somos uma minoria anômala, além de exígua: somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocamos o fundo. Quem o fez, quem fitou a górgona, não voltou para contar, ou voltou mudo; mas são eles, os “muçulmanos”, os que submergiram – são eles as testemunhas integrais, cujo depoimento teria significado geral. Eles são a regra, nós, a exceção.” (LEVI, 1991, p.47-48 *apud* AGAMBEN, 2008, p. 42-43)

¹⁴ De acordo com as discussões apresentadas por Agamben, *superstes* é o testemunho de quem vivencia o fato descrito, faz parte do que testemunha. Desse modo, Agamben deixa claro que Primo Levi é, em todos os sentidos, um *superstes*. Nesse caso, o termo *superstes* pode ser entendido como o testemunho de alguém que testemunha ao mesmo tempo em que é um sobrevivente, isto é, de alguém que sofreu na própria pele os efeitos e conseqüências dos atos testemunhados (do extermínio nazista, no caso de Auschwitz), e testemunha para explorar a complexidade da experiência analisada, buscando sentidos e significados.

Para o filósofo, o testemunho de Primo Levi tem o sentido de *superstes*. Sua narrativa testemunhal expõe a complexidade da experiência de Auschwitz, não reduzindo-a à questão jurídica. No uso da expressão “zona cinzenta”¹⁵ em Auschwitz, Levi (2016) e Agamben (2008) sinalizam para o limite do Direito sobre essas questões. Nessa “zona cinzenta”, separar vítimas de carrascos é uma tarefa complexa; o dualismo bem e mal parece desafiado¹⁶. Na análise do filósofo, no campo de concentração, por vezes, todos seriam “irmãos”, o que ele chama de “fraternidade da abjeção”. É nesse sentido que as nossas categorias morais se veem desafiadas e limitadas, tamanha a complexidade do que ocorrera em Auschwitz.

Retornando a Arendt, a verdade factual, quando ameaça os que estão no poder, é vítima das mais variadas tentativas furiosas de apagamento dos fatos, seja por meio de assassinatos, destruição de documentos ou até mesmo pela “eliminação” de pessoas, isto é, pelos esforços para fazer com que indivíduos mortos tenham a sua própria passagem pela Terra negada, como se eles nunca tivessem existido. No contexto de dominação totalitária de Auschwitz, a luta verdade factual *versus* política é evidenciada na tentativa de eliminação dos vestígios do campo de concentração, ou seja, na destruição de objetos, documentos, máquinas e até pessoas associadas ao massacre genocida, já que estas poderiam testemunhar. Portanto, retomando as ideias de Arendt, narrar a verdade factual, isto é, testemunhar, pode também ser um ato de coragem e uma ação política. No contexto de Auschwitz, analisado por Agamben (2008), a verdade dos fatos encontra diversas dificuldades, sendo a mais significativa a modificação do estatuto do testemunho. No

¹⁵ “A figura extrema da “zona cinzenta” é o *Sonderkommando*. As SS recorriam a esse eufemismo – Esquadrão Especial – para nomear o grupo de deportados a quem era confiada a gestão das câmaras de gás e dos fornos crematórios” (AGAMBEN, 2008, p. 34). Citando Levi (2016), Agamben acrescenta: “De homens que conheceram essa destituição extrema não se pode esperar um depoimento no sentido jurídico do termo, e sim algo que fica entre o lamento, a blasfêmia, a expiação e o esforço de justificativa, de recuperação de si mesmos. [...] Ter concebido e organizado os Esquadrões foi o delito mais demoníaco do nacional-socialismo” (AGAMBEN, 2008, p. 34). Zona cinzenta é um conceito articulado por Primo Levi e apropriado por Agamben. A expressão evidencia a ambiguidade, a indefinição e a complexidade que marcam o cenário de Auschwitz. Nesse contexto, tal zona refere-se à dificuldade e à impossibilidade inerentes à tentativa do estabelecimento preciso de quem é vítima (inocente) e de quem é carrasco (culpado) nas circunstâncias do campo de concentração. A zona cinzenta corresponde, dessa maneira, ao ponto de fusão entre o “bem” e o “mal”, exprimindo a dificuldade ao distinguir-se o “verdadeiro” e o “falso” e ao estabelecer-se limites entre a mentira por “boa” ou por “má” fé. Assim, a zona cinzenta acarreta a impossibilidade do julgamento, uma vez que tanto a vítima quanto o carrasco seriam ignóbeis, o que torna difícil a distinção entre o “bem” e o “mal”.

¹⁶ Cf. AGAMBEN, 2008, p. 34.

entanto, voltando a Arendt, vendo a verdade dos fatos como um ato de resistência, falar desse evento sustenta que, para além de todas as opiniões, esse fato, Auschwitz, existiu. Não legar ao esquecimento é uma atuação política daquele que testemunha e narra a verdade dos fatos. Não esquecer tem sido um ato político de primeira ordem, sobretudo em tempos sombrios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hannah Arendt, como visto, aborda de forma profunda a relação entre a verdade e a política. Nesse contexto, a autora considera a verdade factual como a que tem mais relação com a política. Para ela, na realidade, os fatos informam a opinião, inclusive a opinião política. Isso explica o ódio dos tiranos pela verdade e a necessidade de ocultá-la ou até destruí-la para manipular as pessoas. Um exemplo são os regimes autoritários, que se utilizam de mentiras para controlar as pessoas e suas opiniões, e o próprio nazismo, muito analisado pelos dois autores.

Ademais, os modos de existência solitária, especialmente da testemunha, vista por Arendt como aquela que resguarda a verdade dos fatos, apresentam-se como um ponto de estabilidade da realidade, mas que não necessariamente funciona na prática. A tarefa testemunhal de reconciliar verdade factual e realidade pode ser considerada uma maneira objetiva de manter a referência, cada vez mais diluída, sobre o real, em um panorama de desconfiança generalizada. Portanto, deve-se considerar a força da mentira moderna, visto que o alcance da distorção enganosa dos fatos é ampliado pela tolerância que ela possui no âmbito público. Como virtude política, a mentira pode ser mais facilmente aceita do que a verdade. O mentiroso muda a ordem das coisas no testemunho. Ele narra a história não conforme os fatos, e sim conforme o desejo da audiência; ele é um ator e, principalmente, um conhecedor do próprio público.

Com essas observações, dúvidas e suspeitas não deixam de recair sobre a legitimidade da política para definir o que é a verdade dos fatos, bem como acerca das suspeitas sobre o modo como os veículos de mídia reconstróem a narrativa dos fatos. Seriam imparciais a ponto de preservarem a integridade da verdade dos fatos?

Para pensar e provocar sobre o manejo político da verdade dos fatos, Arendt faz referência ao caso de Trotsky, intelectual e revolucionário soviético, e à grande tentativa de apagá-lo dos livros de história de seu lugar de origem. Contudo, ainda sabemos quem foi Leon Trotsky; sua história foi contada, mesmo que Stalin tenha tentado apagá-la. Ao

apresentar isso, Arendt aponta para os riscos do domínio político sobre a narrativa dos fatos. No caso de Trotsky, ele não foi esquecido, mas só podemos falar dele porque isso não ocorreu. Ele é um dos que sabemos que existiu, mas será que há aqueles acerca de quem não sabemos? *Será que há “Trotskys” que foram totalmente apagados e destruídos da história, em função dos interesses que marcam as disputas políticas?*

A obra *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* e o testemunho de Primo Levi baseiam-se no conceito de *superstes* – a testemunha que vivenciou certa situação. Nessa forma de abordagem, o desenho conceitual destaca a complexidade de testemunhar. Tal complexidade decorre da dificuldade inerente ao ato de relatar e da maneira pela qual o testemunho se estrutura.

Nesse aspecto, ressaltam-se as divergências entre os referenciais utilizados para o estabelecimento do que é ou não verdadeiro, de acordo com as diferentes experiências do testemunho (*superstes*) e de quem não vivenciou, diretamente, aquela situação. Nesse contexto, a aporia reforça a impossibilidade e dificuldade de compreensão sobre algo que escape aos sentidos e às experiências, uma vez que a “certeza” poderia ser obtida somente a partir da verdade factual, detida pelo testemunho.

Além disso, evidencia-se a “lacuna” trazida pelo testemunho, o qual não expressa a totalidade da experiência daqueles que não sobreviveram e aponta não para o fato, e sim para a impossibilidade de testemunhar. No que se refere à zona cinzenta, ela exprime a ambiguidade e a indefinição existentes no cenário de Auschwitz, bem como a dificuldade em distinguir o “verdadeiro” e o “falso” e estabelecer limites entre a mentira por “boa” e por “má” fé. Faz-se a impossibilidade do julgamento, uma vez que tanto a vítima quanto o carrasco tocam lugares difíceis de delimitar, dificultando a distinção entre bem e mal.

De modo geral, em torno do testemunho, parece ficar colocada no texto a necessidade de refletir acerca da inviabilidade de tecer narrativas integrais sobre o que ocorreu em Auschwitz e da incapacidade de as palavras contemplarem, plenamente, tal evento, bem como aprofundar sobre as diferentes possibilidades estéticas do testemunho.

No entanto, o que resta é, politicamente, resistir narrando para que os fatos não sucumbam no esquecimento, não desapareçam pela manipulação e que não se generalize a desconfiança geral na factualidade da realidade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 9-48.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2003. p. 282-325.

_____ **Crises da República**. Trad. José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DE ANGELO, Vitor Amorim. **Plano Cohen: uma fraude para manter Vargas no governo**. UOL Educação. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil>. Acesso em: 20 jun. 2020.

DOMENICI, Thiago. **1964: “O Brasil não estava à beira do comunismo”, diz historiador**. *Publica*. Disponível em: <https://apublica.org/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

LEVI, P. **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. p. 7-26.

ORWELL, George. **1984**. Trad. Alexandre Hubner. São Paulo: Claro Enigma, 2010.

WELLE, Deutsche. **Relato de ex-nazista põe em xeque incêndio no Reichstag em 1933**. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia>. Acesso em: 20 jun. 2020.